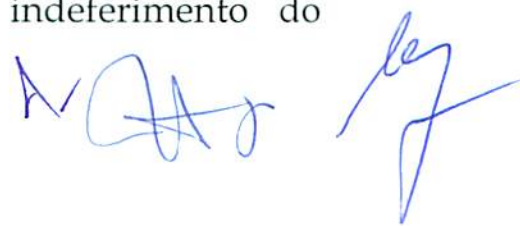


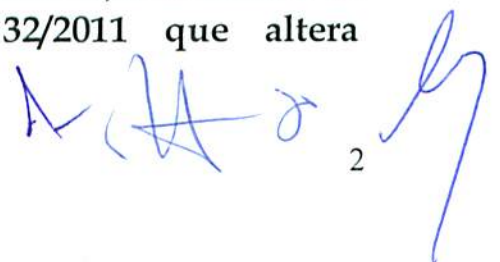
Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos

Ata da reunião realizada no dia 19 de Setembro de 2011.

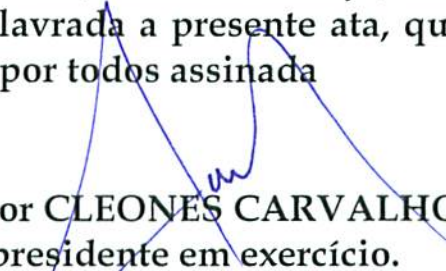
Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, no Gabinete do desembargador Cleones Carvalho Cunha, às doze horas, sob a presidência do desembargador Cleones Carvalho Cunha, e presentes mais os membros desembargadores Lourival de Jesus Serejo Souza, Jaime Ferreira de Araújo e José de Ribamar Froz Sobrinho, reuniu-se a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, para apreciar e decidir as matérias postas. Em pauta: 1) **Processo nº 31.319/2010 (apensado o processo nº 38309/2010) no qual os juízes da Comarca de Lago da Pedra/MA solicitam a criação de mais uma Vara ou uma unidade de Juizado Especial na referida Comarca:** a Comissão, unanimemente, em razão dos elementos constantes do processo, manifestou-se pelo indeferimento do pedido. 2) **Resolução GP 35/2011, que designou o novo Membro da Comissão Examinadora do Concurso Público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e expedida *ad referendum* pelo presidente do Tribunal:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo referendo. 3) **Processo nº 20.604/2011 no qual o juiz diretor do fórum da comarca de Imperatriz solicita a redistribuição dos dois cargos de Bibliotecário com lotação na comarca de Imperatriz:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela relotação dos cargos, sendo um para a Escola da Magistratura e o outro para o arquivo do Tribunal de Justiça. 4) **Processo nº 15.647/2011 no qual o prefeito de São Bernardo do Maranhão requer a criação da 2ª Vara naquela Comarca:** a Comissão, unanimemente, em razão dos dados constantes do processo, manifestou-se pelo indeferimento do




pedido. 5) Processo nº 34.543/2010 (apensado os processos 34.399/2010 e 34.400/2010) no qual a juíza da Comarca de Cururupu requer a criação e instalação de mais uma vara na referida comarca: a Comissão, unanimemente, em razão dos dados constantes do processo, manifestou-se pelo indeferimento do pedido. 6) Processo nº 3030/2011 no qual a Tabeliã e Registradora de Vitorino Freire/MA solicita a alteração da Lei Complementar nº. 14/91 (art. 191, parágrafo único): a Comissão, unanimemente, determinou fosse apensado ao processo nº 18.816/2011. 7) Resolução nº 23/2011 que dispõe sobre o Regulamento do Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e expedida *ad referendum* pelo presidente do Tribunal, designando novos membros: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo referendo. 8) Processo nº 20.544/2011 no qual a Diretora do FERJ propõe a alteração da Lei nº. 9.109/2009 - Custas e Emolumentos: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação do projeto e seu encaminhamento à Assembléia Legislativa. 9) Processo nº 18.816/2011 no qual a Tabeliã de Tuntum/MA solicita a modificação do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão: a adiado a pedido de vista do desembargador Cleones Cunha. 10) Processo 20.356/2011(Ofício nº 1140/2011) no qual o desembargador Antonio Guerreiro Júnior, Corregedor-Geral, sugere a Criação da 3ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar - MA: a Comissão, unanimemente, converteu o processo em diligência para que o diretor da TI informe o números dos processos distribuídos nas duas varas de Paço de Lumiar, nos anos de 2009, 2010 e 2011, mês a mês. 11) Processo nº 20.556/ no qual a Coordenadora de Projetos de Tdh no Maranhão, requer alterações no anteprojeto de Lei Complementar: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo indeferimento do pedido. 12) Processo nº 17.897/2011 (apensado o processo nº 20.261/2011) no qual o presidente da Associação dos Advogados de Barreirinhas requer a criação da 2ª Vara para a Comarca de Barreirinhas: a Comissão, unanimemente, determinou o apensamento aos demais processos existentes sobre o assunto. 13) Resolução GP nº. 31/2011 que regulamenta o auxílio alimentação, de acordo com a resolução nº 133, de 21 de junho de 2011, do CNJ e expedida *ad referendum* pelo presidente do Tribunal: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo referendo. 14) Resolução GP nº. 32/2011 que altera



dispositivos da resolução nº 031, de 16 de junho de 2009, e expedida *ad referendum* pelo presidente do Tribunal: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo referendo. 15) Resolução nº 24/2011 que designou os membros da Comissão Examinadora do Concurso Público de Serviços Notariais e Registrais e expedida *ad referendum* pelo presidente do Tribunal: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo referendo. 16) Resolução nº 37/2011 2011 que altera o art. 3º da Resolução nº 64/2008 fixando novo valor do auxílio saúde e expedida *ad referendum* pelo presidente do Tribunal: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo referendo. 17) Resolução nº 36/2011 que altera a Resolução nº 34/2010 fixando novos valores para diligências dos oficiais de justiça e expedida *ad referendum* pelo presidente do Tribunal: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo referendo. Do que para constar, foi por mim, Lourival Serejo, designado secretário *ad hoc* da Comissão, lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada


Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA,
presidente em exercício.


Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa,
secretário designado


Desembargador Jaime Ferreira Araújo

Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho